

CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Lilians Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C968 Cultura e sociedade [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-01-0
 DOI 10.22533/at.ed.010201402

1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 353.70981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As manifestações culturais são uma das muitas características dos diversos grupos sociais. Assim, as produções cinematográficas, festejos, linguagens e religiosidades constituem-se de suma importância na elaboração de pensamentos críticos, identificações e difusão dos conhecimentos de um grupo.

Tais manifestações são permeadas por conflitos, disputas, percepções e experiências vividas, as quais precisam ser valorizadas em detrimento a imposição de uma cultura global, hegemônica e eurocêntrica. Pois em diversos momentos históricos as manifestações culturais populares foram, e ainda são, muitas vezes silenciadas e por vezes se refletem nos processos educacionais.

Os textos aqui apresentados nos proporcionam reflexões acerca das trajetórias de diferentes sujeitos, e nos motivam a descolonizar a cultura, o imaginário e as identidades.

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“PROJETO BORA?”: UM INTENTO DE INSERÇÃO DA CIDADE DE TUCANO-BA NO TEXTO DO REGIONALISMO NORDESTINO	
Marcelo Cerqueira Cesar Filho	
DOI 10.22533/at.ed.0102014021	
CAPÍTULO 2	12
A ICONOGRAFIA NA PINTURA DE ALBERTO VALENÇA (1890-1983)	
Vera Spínola	
DOI 10.22533/at.ed.0102014022	
CAPÍTULO 3	25
PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE SENTIDOS SOBRE O DOCUMENTÁRIO FEVEREIROS	
Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.0102014023	
CAPÍTULO 4	37
FERNANDO PESSOA ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Rafaela Favarin Somera	
DOI 10.22533/at.ed.0102014024	
CAPÍTULO 5	51
TEMPORALIDADE: IMAGEM E PODER NA <i>PROPAGANDA FIDE</i> INQUISITORIAL	
Geraldo Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.0102014025	
CAPÍTULO 6	65
TIRANDO O BLOCO DA AVENIDA: A CRISE NOS BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA NO RIO DE JANEIRO E EM SALVADOR	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0102014026	
CAPÍTULO 7	85
O <i>PRESIDENTE NEGRO</i> : EUGENIA EM MONTEIRO LOBATO?	
Erick Vinicius Mathias Leite	
Sônia Filiú Albuquerque Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0102014027	
CAPÍTULO 8	95
CABILA E IJEXÁ: INTERCONEXÕES ENTRE RITMOS DE DUAS CULTURAS	
Adrian Estrela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014028	

CAPÍTULO 9	105
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM SÃO LUÍS	
Christianne Rose de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014029	
CAPÍTULO 10	108
REFLEXÕES SOBRE O MACHISMO NA ETNOGRAFIA DOMÉSTICA DE KARIM AÏNOUZ: O “PATRIARCADO SEM HOMENS” EM SEAMS	
Everaldo Asevedo Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140210	
CAPÍTULO 11	121
A PRESENÇA DO RACISMO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA	
Taíse Dos Anjos Santos	
Taynan Alves Filgueiras	
DOI 10.22533/at.ed.01020140211	
CAPÍTULO 12	142
JOVENS NEGROS NA ESCOLA, DA EXISTÊNCIA AS REEXISTÊNCIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Maria Valdete Vitoria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140212	
CAPÍTULO 13	152
INFÂNCIA E TECNOLOGIA: PRÁTICAS DE UMA CULTURA DIGITAL	
Pedro Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140213	
CAPÍTULO 14	162
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	
Bianca de Paula Santos	
Carmen Lúcia da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140214	
CAPÍTULO 15	174
AQUARIUS: EDIFICANDO O DESCOLONIAL	
Jacqueline Gama de Jesus	
Ana Lúgia Leite e Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.01020140215	
CAPÍTULO 16	188
LOBO ANTUNES: UMA VOZ LUSÓFONA QUE REPRESENTA A MEMÓRIA DA GUERRA COLONIAL EM ANGOLA EM TEMPOS PÓS-COLONIAIS	
Romilton Batista de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01020140216	

CAPÍTULO 17	197
'PORTUGALIDADE' NA(S) LUSOFONIA(S): UM CONTRASSENSENTO	
Vítor de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140217	
CAPÍTULO 18	219
DA AUSÊNCIA À PRESENÇA: O EXEMPLO DO TACHO DO MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS - RS	
Davi Kiermes Tavares	
José Paulo Siefert Brahm	
Diego Lemos Ribeiro	
Juliane Conceição Primon Serres	
DOI 10.22533/at.ed.01020140218	
CAPÍTULO 19	234
DESCOBRINDO USPANU	
Surama Sulamita Rodrigues de Lemos	
Thiago Augusto Oliveira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01020140219	
CAPÍTULO 20	239
PERVERSÃO: CONCEITO E CONCEPÇÕES SOBRE A PEDOFILIA	
Ivana Suely Bezerra Paiva Mello	
Ana Kalline Soares Castor	
Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho	
Mylena Menezes de França	
Silvana Barbosa Mendes Lacerda	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140220	
CAPÍTULO 21	253
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA MENSURAÇÃO DA SEXUALIDADE EM PESQUISAS PSICOMÉTRICAS	
Alexandre de Oliveira Marques	
José Augusto Evangelho Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.01020140221	
CAPÍTULO 22	265
A DIVERSIDADE CULTURAL PELO OLHAR KAINGANG	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
DOI 10.22533/at.ed.01020140222	
SOBRE A ORGANIZADORA	280
ÍNDICE REMISSIVO	281

SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA MENSURAÇÃO DA SEXUALIDADE EM PESQUISAS PSICOMÉTRICAS

Data de aceite: 31/01/2020

Alexandre de Oliveira Marques

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social. Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Professor Substituto do Departamento de
Psicometria.

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/9676111954081646>

José Augusto Evangelho Hernandez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Professor Adjunto do Departamento de Psicologia
Cognitiva e Desenvolvimento, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Social.

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3533988543300433>

RESUMO: Nas pesquisas em psicologia que tomam a sexualidade e construtos relacionados como objetos, a falta de uma definição clara dos conceitos e da escolha dos critérios por parte dos pesquisadores é um entrave para a identificação e mensuração do fenômeno. Na psicometria, essa dificuldade representa um obstáculo para a construção de instrumentos confiáveis. O presente trabalho tem como objetivo oferecer subsídios que permitam maior objetividade e clareza às pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: orientação sexual, psicometria, critérios amostrais.

THEORETICAL INSIGHTS FOR MEASURING SEXUALITY IN PSYCHOMETRIC RESEARCH

ABSTRACT: Psychology research on sexuality and its associated constructs has been noticed as difficult due to an absence of clear concepts and criteria by researchers. In psychometrics studies that means a difficulty to obtain reliable measurement instruments. This paper intends to offer insights to enhance objectivity and clarity in researchs.

KEYWORDS: sexual orientation, psychometrics, sampling criteria.

1 | INTRODUÇÃO

A definição clara dos conceitos usados em uma pesquisa é uma exigência da metodologia científica, por questões de delimitação amostral e desenho de estudo. A rigor, nas pesquisas que tomam sexualidade (e suas dimensões) como objeto, este não deveria ser tratado com menor rigor do que qualquer outro construto cuja definição interessa aos pesquisadores. No entanto, a objetividade nas definições desses construtos esbarra na dificuldade de encontrar critérios inequívocos de distinção entre os

diferentes grupos. (CHAVES; SANTOS, 2016).

Pode-se atribuir essa dificuldade, além da complexidade intrínseca dos conceitos, ao momento específico e à realidade de cada país. Enquanto internacionalmente os instrumentos para mensuração do estigma sexual ou da chamada homofobia se acham em fase de revisão, adaptação ou atualização, (MORRISON; KENNY; HARRINGTON, 2005; PARK, 2001; RAJA; STOKES, 1998; WRIGHT; ADAMS; BERNAT, 1999), no Brasil os estudos sobre homossexualidade e gênero, de modo geral, tiveram início recente. (PASKULIN et al., 2011).

Para mensurar mais precisamente conceitos que se apresentam de difícil apreensão, é necessário contornar problemas de diferentes ordens:

1. Um entendimento superficial da questão de gênero e das sexualidades não normativas que conseqüentemente afeta a sensibilidade na análise dos dados;
2. Discordância entre as definições conceituais de pesquisadores e de participantes que dificulta a compreensão e a comunicação do entendimento teórico nas pesquisas;
3. A falta de uma clareza evidente na definição dos critérios de pesquisa por parte dos pesquisadores;
4. A falta de uma linguagem adaptada ou de teorias coerentes ao entendimento das populações de sexualidades não normativas prejudica a confiabilidade dos resultados;
5. Ausência de consenso na definição do desenho intragrupo ou intergrupo na análise dos resultados;
6. A não aderência entre grupos e termos utilizados para sua nomeação, uma vez que estão remetidos ao contínuo movimento de mudança presente na língua.

Essas dificuldades exigem escolhas metodológicas no sentido de delimitar procedimentos adequados de investigação, pois observa-se que o trabalho de avaliar, mensurar conceitos, está longe de ser simples.

21 O TRATAMENTO SUPERFICIAL DAS VARIÁVEIS RELACIONADAS À SEXUALIDADE

Mensurar algo é um desafio na medida em que a psicologia precisa operar com conceitos que não são acessíveis diretamente, os construtos de uma pesquisa. Não se tem como fazer muita coisa se não se definem teoricamente os critérios (indicadores) que devem apontar a presença ou ausência do construto que se quer medir, isto é, a variável latente da pesquisa. (HAIR JR., 2009). Gênero e orientação sexual são dois exemplos desses construtos que são idealizados como hipóteses pelos pesquisadores, e se tornam conhecidos somente a partir de critérios externos (observáveis), escolhidos

a partir da previsão teórica, como por exemplo, quando se estabelece que a prática sexual ou a escolha do parceiro afetivo, são duas formas de diferenciar um gênero de outro. (MCCABE et al., 2012).

Aqui começam os problemas, pois nas pesquisas que tratam qualquer construto da sexualidade como variável de análise inferencial, os critérios frequentemente utilizados para identificar gênero e orientação sexual costumam ser os mesmos vinculados ao sexo biológico, retirando das pesquisas assim a possibilidade de um tratamento realmente psicológico do assunto.

Gênero, por exemplo, é tomado comumente como sinônimo de sexo por não haver uma conceituação que o diferencie precisamente deste, no caso referindo-se tanto a homens e mulheres no geral e identidades como gays, lésbicas e bissexuais. Segundo Torgrimson e Minson (2005), um resultado do crescente interesse pelos estudos da sexualidade é que a palavra sexo caiu em desuso, sendo substituída pelo termo gênero. Entretanto, se usado apenas para substituir um termo pelo outro, tomando o gênero como sinônimo de sexo e fazendo referência ao biológico de igual maneira, não se produz qualquer mudança na prática e se perpetua a confusão conceitual entre os dois termos. (TORGRIMSON; MINSON, 2005).

A falta de um tratamento específico do ponto de vista psicológico faz com que as pesquisas em psicometria percam sua especificidade e desconsiderem a contribuição verdadeiramente qualitativa dos seus estudos, isto é, atribuindo às variáveis relacionadas à sexualidade um tratamento meramente descritivo, sem conseguir identificar a profundidade real da correlação entre dados que somente um tratamento inferencial poderia revelar. Como alternativa, Sandelowski, Barroso e Voils (2009) sugerem considerar que mesmo numa pesquisa previamente desenhada dentro de uma perspectiva essencialista, a inserção da chamada perspectiva interseccional na análise dos resultados já será suficiente para se reduzir os problemas produzidos por um tratamento amostral meramente descritivo.

O entendimento atual, de qualquer maneira, é muito distante do período em que pais, profissionais e educadores tratavam sexualidade e gênero com relativa simplicidade, adaptando o indivíduo considerado desviante a uma expectativa social e cultural de normalidade, porque se percebeu que há uma diversidade enorme de experiências subjetivas embaixo da superfície das grosseiramente chamadas minorias sexuais. (DIAMOND; SAVIN-WILLIAMS, 2003).

3 | DISCORDÂNCIA ENTRE AS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE PESQUISADORES E DE PARTICIPANTES DE PESQUISA

Ao solicitar que os sujeitos de uma pesquisa respondam a questionários, é preciso utilizar critérios de exame adaptados para o cotidiano das populações que podem se nomear de modo diferente da definição esperada ou daquela entendida pelos pesquisadores. (SAVIN-WILLIAMS, 2009). Quanto mais os pesquisadores tentam

encontrar critérios que separem exatamente uma identidade de gênero de outra, mais os sujeitos mostram que não estão preocupados com isso. (GOLDEN, 1987).

A dificuldade de conceituar orientações e identidades cujas experiências individuais resistem à objetivação do método científico leva os pesquisadores a atribuir aos participantes dos estudos o trabalho de declarar como se identificam, fazendo da auto-nomeação o critério metodológico menos problemático para identificar gênero e orientação sexual dos sujeitos de cada estudo (LOGIE; ALLAGIA; RWIGEMA, 2014; LOGIE; RWIGEMA, 2014), e também o critério mais empregado nos levantamentos. (CHUNG; KATAYAMA, 1996).

Segundo Persson, Pfaus e Ryder (2015) porém, há motivos para discordar de uma abordagem exclusivamente subjetiva dessa questão, na medida em que funciona como uma recusa à reflexão por parte dos pesquisadores e uma atribuição de sua tarefa ao entrevistado. Para esses autores, identificar a orientação sexual pelo comportamento sexual tornaria os resultados mais acurados do que usando a auto-identificação dos sujeitos. A recomendação de McCabe et al. (2012) é diversificar as formas de identificação de gênero por considerar que isoladamente nenhuma delas é predominante. Segundo Fendrich e Johnson (2001), diferentes modos de coleta de dados levam a diferentes estimativas. Assim se justifica o acréscimo de perguntas sobre orientação sexual, gênero e mais critérios no mesmo questionário, na medida em que se espera que a quantidade maior também aumente a sensibilidade de um *survey* para apontar diferenças amostrais entre respondentes.

McConaghy (1999) observa, no entanto, que uma das questões ainda não satisfatoriamente explicadas nos levantamentos é porque uma parcela significativa das pessoas que têm relação sexual ou atração por pessoas do mesmo sexo declara-se heterossexual em vez de homossexual. O conflito aparente entre a auto-identificação dos sujeitos e as definições de orientação sexual por parte dos pesquisadores conduz a resultados díspares que deixam dúvida sobre a mensuração. Como exemplo, em um estudo só com estudantes, 2% da amostra declarou-se homossexual ou bissexual, enquanto 13% afirmou que a maior parte de suas fantasias sexuais, senão todas, são com pessoas do mesmo sexo, o que deixa a dúvida: a amostra homossexual nesse estudo seria de 2% ou de 13%? (ELLIS; ROBB; BURKE, 2005).

O que os chamados Relatórios Kinsey apresentaram aos Estados Unidos foi um panorama muito abrangente do quanto a orientação sexual não poderia ser limitada a um pequeno número de categorias, e mais que isso, que a orientação sexual é fluida e não um componente estanque, sendo a homossexualidade vivenciada por 10% dos homens durante a adolescência e por até um terço das mulheres de qualquer idade. (KINSEY; POMEROY; MARTIN, 1998a; 1998b).

A discordância entre os critérios utilizados por pesquisadores e sujeitos de pesquisa tem como efeito a redução da capacidade de mensuração do fenômeno. A questão é basicamente análoga ao tratamento de variáveis contínuas como categóricas, e embora isto constitua uma arbitrariedade e afete a acurácia de qualquer

tentativa de avaliação, é muito tentador e comum aos psicólogos na medida em que operam convertendo umas nas outras a despeito da perda de sensibilidade que essa prática confere às suas descrições. (STREINER, 2002). Por exemplo, com relação à sexualidade, o entendimento comum é dicotomizar as pessoas em homossexuais ou heterossexuais sem se refletir acerca da legitimidade empírica de tal separação. (ROSS; DOBINSON; EADY, 2010; RUST, 2002). Segundo Diamond e Savin-Williams (2003), a não identificação a um dos rótulos definidos em uma pesquisa tende a ser visto pelos pesquisadores como um momento transitório de incerteza que encontrará uma resolução final quando os indivíduos se encaixarem em uma identidade, o que em suma não constitui outra coisa senão o reforçamento dos estereótipos sociais sobre sexualidades dissidentes.

4 | A FALTA DE CLAREZA NA DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PESQUISA POR PARTE DOS PESQUISADORES

Em qualquer estudo sobre orientações sexuais exige-se uma definição de quais critérios serão escolhidos para caracterizar a amostra, ou seja, diferenciar segundo a identidade, prática ou algum outro. Assim, deve-se ser capaz de dizer se é necessário haver sensação de pertencimento a uma identidade para defini-la, ou se seria a prática sexual ocasional, por outro lado, bastante para definir a orientação, ou se será definida, ao contrário, por uma frequência mais acentuada e duradoura de práticas sexuais não normativas. Ou, se nada disso for suficiente, se o desejo parecerá o critério necessário e suficiente. *“Sem essas respostas, é difícil distinguir com alguma segurança os indivíduos em grupos sexuais.”* (SAVIN-WILLIAMS; REAM, 2007, p. 385).

Orientação sexual é um conceito complexo que envolve a dimensão cognitiva da identidade sexual, a dimensão afetiva da atração ou desejo e a dimensão comportamental da prática sexual. (LAUMANN et al., 1994). Segundo LeVay e Valente (2003), orientação sexual é comumente definida nas pesquisas em razão do sexo por quem se tem mais atração. Comportamento sexual, por sua vez, tem sido definido como qualquer contato de natureza sexual. (PERSSON; PFAUS; RYDER, 2015). Além da variável “comportamento sexual”, a frequência também pode ser considerada, dividindo os pesquisadores entre os que consideram homossexual aquele que se relaciona ocasionalmente ou aquele que se relaciona exclusivamente com o mesmo sexo. (SAVIN-WILLIAMS, 2009).

A prática, porém, não parece ser o que realmente representa os sujeitos, como mostrou um estudo conduzido com adolescentes, no qual o componente menos mensurado da orientação sexual, o desejo, também chamado de atração sexual, foi o único citado durante a condução de um grupo focal, ao se perguntar quais critérios os jovens usariam para definir sua orientação sexual. (FRIEDMAN et al., 2004). Segundo os sujeitos, o comportamento sexual (especialmente o pregresso) é falho, e a auto-nomeação recorre a rótulos que podem ser facilmente mal interpretados pelos

indivíduos. (FRIEDMAN et al., 2004).

Uma pesquisa apontou que “principalmente heterossexual” e “principalmente lésbica” merecem configurar como orientações sexuais específicas e distintas de mulheres heterossexuais e de mulheres lésbicas, respectivamente, por apresentarem práticas sexuais ocasionalmente divergentes destas categorias, embora não o suficiente para serem incluídas numa categoria bissexual. (SAVIN-WILLIAMS; VRANGALOVA, 2013). Ainda assim, as duas categorias são mais próximas de uma grande categoria bissexual do que de uma monossexual. (ALVY et al., 2013; AUSTIN et al., 2007; LOOSIER; DITTUS, 2010; MCCABE et al., 2012). McCabe et al. (2012) defendem que o uso de categorias adicionais torna os instrumentos mais sensíveis.

5 | TERMOS MAIS COMUNS UTILIZADOS POR PESQUISADORES NA AUSÊNCIA DE CONSENSO SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS DIFERENTES SEXUALIDADES

Os cuidados a serem tomados nas pesquisas sobre sexualidade devem começar já pelo exame dos possíveis efeitos de método: segundo Weiss, Hope e Capozzoli (2013), o uso de uma linguagem heterocêntrica em instrumentos de avaliação psicológica reduz sua precisão e conseqüentemente a qualidade dos dados que é capaz de produzir.

Os termos relativos à sexualidade podem causar confusão por serem polissêmicos, sendo necessário definir de qual perspectiva teórica se está partindo para conceituá-los. A falta de consenso na definição dos termos utilizados em referência às identidades não normativas e a quais grupos cada termo se vincula é um problema frequentemente ignorado nas pesquisas. (SANDELOWSKI; BARROSO; VOILS, 2009).

De modo geral, a nomeação com os termos LGBT é mais aceita pelos próprios sujeitos, e mais comum em trabalhos ocidentais. (POTTEAT et al., 2015). No Brasil, os termos homossexual e heterossexual são mais comuns, presumidamente pela pouca quantidade de pesquisas empíricas com tais sujeitos. (HAUER; GUIMARÃES, 2015; OLIVEIRA, 2009). Sugere-se o uso dos acrônimos LGBT para pesquisas no continente americano, tendo em vista ser a forma de nomeação mais familiar ao público ocidental, conforme indica Poteat et al. (2015).

Quando o termo faz referência à prática sexual, a expressão “que faz sexo com” é mais empregada, seguindo critério internacional. Poteat et al. (2015) argumentam a favor da expressão “mulheres que fazem sexo com mulheres” ou MSM (WSW em inglês) e “homens que fazem sexo com homens” ou HSH (MSM em inglês), para estudos com populações do continente africano.

6 | DELINEAMENTOS INTRAGRUPOE INTERGRUPO ENVOLVENDO

MENSURAÇÃO DA SEXUALIDADE

Por um lado, sem a compreensão de que as identidades escondem experiências muito peculiares e de que o gênero é entendido em razão dessa vivência que é particular, e por outro, havendo a necessidade de uma delimitação metodológica (exigida por toda pesquisa) para definir quem são os sujeitos, corre-se o risco de tratar os casos de indivíduos que saem da definição do seu grupo como dados discrepantes a serem eliminados:

Embora indivíduos que satisfazem muitos critérios para homossexualidade (qualquer que seja sua definição) sejam frequentemente tratados como inclusos numa categoria gay, o aspecto crítico a considerar é se realmente ter alguma experiência com o mesmo sexo é condição sine qua non para qualificar alguém como gay. [...] Pesquisas sobre sexualidade normalmente omitem indivíduos que têm “um pouco” de atração pelo mesmo sexo, comportamento ou identidade; eles não são considerados nem heterossexuais, nem homossexuais, são simplesmente deletados. (SAVIN-WILLIAMS, 2009, p. 32, tradução nossa).

Considerar identidades indistintamente dentro de uma categoria homossexual ampla, desde os comumente empregados lésbica, bissexual e gay até aqueles de diferenças mais sensíveis como transgênero e transexual, passando pelo intersexo até o caso mais dissonante na nomeação queer (LGBT, LGBTT, LGBTI, LGBTQ), é supor homogeneidades categoriais para as quais não concorrem evidências. (SAVIN-WILLIAMS, 2009). Incluir tantos indivíduos numa mesma categoria “total” se torna impraticável devido suas diferenças intragrupo serem maiores do que as intergrupais, levando à necessidade de separar as amostras para interpretar adequadamente. (DREVD AHL; PHILIPS; TAYLOR, 2006).

A falta de uma abordagem clara das características elegidas para análise faz com que as pesquisas sobre sexualidade considerem suas amostras representativas apenas por incluírem pessoas dos grupos escolhidos, (SANDELOWSKI; BARROSO; VOILS, 2009), sem critérios mais sensíveis às nuances que só aparecem numa análise das diferenças intra-grupais e que tornam os grupos estigmatizados únicos em suas expressões. Em relatório anual, o Institute of Medicine de Washington (2011) recomenda que em pesquisas com gêneros diferentes as amostras sejam analisadas separadamente e os resultados comparados aos grupos de referência, e não como uma amostra única.

Se o número amostral de cada categoria é reduzido, a análise se torna ainda menos representativa, pois muitos pesquisadores sentem-se autorizados a analisar os dados de lésbicas, gays e bissexuais como um só agrupamento LGB. (ROSS; DOBINSON; EADY, 2010; BOWEN; BRADFORD; POWERS, 2004). Ao se interrogarem os grupos a partir de uma só amostra, supondo sua homogeneidade interna, mesmo que esta seja forçada a partir da junção de várias letras separadas, fica difícil sustentar uma unidade frente às demandas subjetivas por sua qualidade sempre divergente.

Por não haver sensibilidade suficiente nos instrumentos, uma parcela das experiências sexuais é sempre perdida, o que pode aumentar o risco de os pesos

fatoriais serem baixos para explicar as relações entre construtos, deixando a maior porcentagem para o erro. Uma maneira de contornar esse problema seria recorrer a uma teorização sólida, capaz de prever mais relações e sugerir mais hipóteses explicativas. Entretanto, em pesquisas considerando orientação sexual e/ou homossexualidade, há pouca fundamentação teórica justificando os critérios empregados na definição dos termos, de modo que sua conceituação é feita de modo superficial, deixando o leitor incerto sobre quais definições foram utilizadas para selecionar os sujeitos de pesquisa. (SAVIN-WILLIAMS, 2009, p.7).

7 | REAPROPRIAÇÃO DOS RÓTULOS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DOS ESTIGMAS

Os próprios estigmatizados desenvolvem com a exposição continuada ao seu estigma um movimento ambíguo de adesão e afastamento ao mesmo, relacionado ao quanto desse estigma internalizam ou concordam. (CORRIGAN; WATSON, 2002). Há uma tensão perpetuada nesse movimento que ora autoriza, ora exclui, mostrando a natureza ambígua que a identidade possui em conjunto com o estigma, ao mesmo tempo que não é identidade, também distingue o indivíduo, embora de modo depreciativo.

Na literatura que trata do assunto, o uso do estigma como identidade pelas populações discriminadas é frequentemente entendido como um fenômeno de internalização. (LINGIARDI; BAIOTTO; NARDELLI, 2012; MEYER, 1995; MEYER; DEAN, 1998). No entanto, se essa interpretação do problema é a única, torna-se impossível saber o que acontece no caso de estigmas como o sexual cujas transformações se passam de modo a sugerir um agrupamento em torno de expressões inicialmente pejorativas e que perdem essa conotação com o tempo.

Galinsky et al. (2013) mostram que o uso de termos negativos por grupos estigmatizados oferece a vantagem significativa de aumentar a percepção de poder do grupo perante os ataques dos demais, ao passo que diminui a sensação de estigma anteriormente trazida pela expressão evocada. Trata-se do fenômeno conhecido como “reapropriação”. (GALINSKY et al., 2013).

Para Bourdieu (2009), ao indivíduo em estado isolado não resta outra alternativa a não ser se deixar representar pelo grupo, eventualmente com os mesmos nomes dos quais ele se esforçaria para se libertar se pudesse, motivo pelo qual a organização coletiva em torno de uma identidade, mesmo que pejorativa de início, já constitui tomada ativa de participação política.

8 | A DIFÍCIL IDENTIFICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES E IDENTIDADES SEXUAIS EM PESQUISAS

Não há termos “certos” a usar na identificação dos grupos em relação a

orientação, identidade e práticas sexuais. Como palavra final, espera-se que os pesquisadores ao se depararem com o problema, consigam justificar a escolha de critérios com base nas decisões mais adequadas ao método e desenho de pesquisa pretendido, porque a diversidade de posições subjetivas possíveis torna toda tentativa de síntese uma simplificação grosseira. A partir desta breve revisão da literatura, espera-se ter conseguido sintetizar algumas sugestões de tratamentos metodológicos mais indicados pelos autores ao contornarem os problemas identitários no campo das investigações sobre sexualidade, relacionando a problemas que os psicólogos psicometristas enfrentam no cotidiano de suas pesquisas.

REFÊRENCIAS

- ALVY, L. M. et al. Sexual identity group differences in child abuse and neglect. **Journal Interpers. Violence**, 28, p. 2088-2111, 2013.
- AUSTIN, S. B. et al. Making sense of sexual orientation measures: Findings from a cognitive processing study with adolescents on health survey questions. **Journal of LGBT Health Research**, 3, p. 55-65, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOWEN, D. J. et al. Comparing women of differing sexual orientations using population based sampling. **Women Health**, 40(3), p. 19-34, 2004.
- CHAVES, E. K. M.; SANTOS, M. M. **Não-Binariedade, teoria queer e o direito ao reconhecimento da identidade de gênero**. IX Seminário internacional de direitos humanos da UFPB, João Pessoa: UFPB, 24 p., 2016.
- CHUNG, Y. B.; KATAYAMA, M. Assessment of sexual orientation in lesbian/gay/bisexual studies. **Journal of Homosexuality**, 30(4), p. 49-62, 1996.
- CORLISS, H. L.; AUSTIN, B.; MOLNAR, B. E. Sexual risk in “mostly heterosexual” young women: Influence of social support and caregiver mental health. **Journal Womens Health**, 18, p. 2005-2010, 2009.
- CORRIGAN, P. W.; WATSON, A. The paradox of self-stigma and mental illness. **Clinical Psychology: Science and Practice**, 9, p. 35-53, 2002.
- DIAMOND, L. M.; SAVIN-WILLIAMS, R. C. The intimate relationships of sexual-minority youths. In ADAMS, G. R.; BERZONSKY, M. D. (eds.). **Blackwell handbooks of developmental psychology**: Blackwell handbook of adolescence. p. 393-412. Malden: Blackwell, 2003.
- DREVDAHL, D. J.; PHILIPS, D. A.; TAYLOR, J. Y. Uncontested categories: The use of race and ethnicity variables in nursing research. **Nursing Inquiry**, 13, p. 52-63, 2006.
- ELLIS, L.; ROBB, B.; BURKE, D. Sexual orientation in United States and Canadian college students. **Archives of Sexual Behavior**, 34, p. 569-581, 2005.
- FENDRICH, M.; JOHNSON, T. P. Examining prevalence differences in three national surveys of youth: Impact of consent procedures, mode and editing rules. **Journal of Drug Issues**, 31, p. 615-642, 2001.
- FRIEDMAN, M. S. et al. Adolescents define sexual orientation and suggest ways to measure it.

Journal of Adolescence, 27, p. 303-317, 2004.

GALINSKY, A. D. et al. The reappropriation of stigmatizing labels: the reciprocal relationship between power and self-labeling. **Psychol Sci**, 24(10), p. 2020-2029, 2013.

GOLDEN, C. Diversity and variability in women's sexual identities. In Boston Lesbian Psychologies Collective. **Lesbian psychologies: Explorations and challenges**. Urbana: University of Illinois Press., p. 19-34, 1987.

HAIR JR. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR JR. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2018.

HAUER, M.; GUIMARÃES, R. **Mães, filh@s e homossexualidade: narrativas de aceitação**. Temas psicol., 23(3), p. 649-662, 2015.

INSTITUTE OF MEDICINE. The health of lesbian, gay, bisexual, and transgender people: building a foundation for better understanding. (Report). Washington, DC: **The National Academies Press**, 2011. Disponível em < <http://www.iom.edu/Reports/2011/The-Health-of-Lesbian-Gay-Bisexual-and-Transgender-People>>. Acesso em 09 jun 2017.

KINSEY, A. C.; POMEROY, W. B.; MARTIN, C. E. **Sexual behavior in the human male**. Bloomington: Indiana University Press. 824 p., 1998a.

KINSEY, A. C. et al. **Sexual behavior in the human female**. Bloomington: Indiana University Press. 896 p., 1998b.

LAUMANN, E. O. et al. **The social organization of sexuality: Sexual practices in the United States**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

LEVAY, S.; VALENTE, S. M. **Human sexuality**. Sunderland, MA: Sinauer Associates, 2003.

LINGIARDI, V.; BAIOTTO, R.; NARDELLI, N. Measure of Internalized Sexual Stigma for Lesbians and Gay Men: A New Scale. **Journal of Homosexuality**, 59(8), p. 1191-1210, 2012.

LOGIE, C.H.; ALAGGIA, R.; RWIGEMA, M.J. A social ecological approach to understanding correlates of lifetime sexual assault among sexual minority women in Toronto, Canada: results from a cross-sectional internet-based survey. **Health Educ Res**, v. 29, n. 4, p. 671-682, 2014.

LOGIE, C. H.; RWIGEMA, M.J. "The normative idea of queer is a white person": understanding perceptions of white privilege among lesbian, bisexual, and queer women of color in Toronto, Canada. **Journal Lesbian Stud**, v. 18, n. 2, p. 174-191, 2014.

LOOSIER P.S.; DITTUS, P.J. Group differences in risk across three domains using an expanded measure of sexual orientation. **Journal Prim Prev**, 31(5-6), p. 261-272, 2010.

MCCABE, S. E. et al. Measurement of Sexual Identity in Surveys: Implications for Substance Abuse Research. **Archives of Sexual Behavior**, 41(3), p. 649-657, 2012.

MCCONAGHY, N. Unresolved issues in scientific sexology. **Archives of Sexual Behavior**, 28, p. 285-318, 1999.

MEYER, I. H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health and Social Behavior**, 36, p. 38-56, 1995.

MEYER, I. H.; DEAN, L. Internalized Homophobia, Intimacy, and Sexual Behavior among Gay and

Bisexual Men. In HEREK, G. (ed.). **Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men, and bisexuals. Psychological perspectives on lesbians and gay issues, USA: Sage, v. 4, p. 160-186, 1998.**

MORRISON, T.G., KENNY, P., HARRINGTON, A. Modern prejudice toward gay men and lesbian women: Assessing the viability of a measure of modern homonegative attitudes within an Irish context. **Genetic, Social, and General Psychology Monographs**, 131(3), p. 219-250, 2005.

OLIVEIRA, E. Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. **Rev. bras. linguist. apl.**, 9(2), p. 391-414, 2009.

PARK, J. **Development of the Heterosexism Scale.** [Doctoral dissertation]. Pennsylvania State University, State College, PA, EUA, 2001. Disponível em <<http://search.proquest.com/pqdtft/docview/304719844/fulltextPDF/13374B625722BEE9A4E/1?accountid=43623>>. Acesso em 12 jun 2017.

PASKULIN, L. M. G. et al. Aging, diversity, and health: the Brazilian and the Canadian context. **Acta Paulista de Enfermagem**, 24(6), p. 851-856, 2011. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002011000600021>>. Acesso em 07 jul 2017.

PERSSON, T. J.; PFAUS, J. G.; RYDER, A.G. Explaining mental health disparities for non-monosexual women: abuse history and risky sex, or the burdens of non-disclosure? **Soc Sci Med**, 128, p. 366-373, 2015.

POTEAT, T. Stigma, sexual health, and human rights among women who have sex with women in Lesotho. **Reprod Health Matters**, 23(46), p. 107-116, 2015.

RAJA, S.; STOKES, J. P. Assessing attitudes toward lesbians and gay men: The Modern Homophobia Scale. **Journal of Gay, Lesbian, and Bisexual Identity**, 3(2), p. 113-134, 1998.

ROSS, L. E.; DOBINSON, C.; EADY, A. Perceived Determinants of Mental Health for Bisexual People: A Qualitative Examination. **American Journal of Public Health**, 100(3), p. 496-502, 2010.

RUST, P. C. Bisexuality: the state of the union. **Annu. Rev. Sex Res.** 13, 180, 2002.

SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J.; VOILS, C. I. Gender, Race/Ethnicity, and Social Class in Research Reports on Stigma in HIV-Positive Women. **Health Care for Women International**, 30(4), p. 273-288, 2009.

SAVIN-WILLIAMS, R. C. How Many Gays Are There? It Depends. **Contemporary Perspectives on Lesbian, Gay, and Bisexual Identities**, p. 5-41, 2009.

SAVIN-WILLIAMS, R. C.; REAM, G. L. Prevalence and stability of sexual orientation components during adolescence and young adulthood. **Archives of sexual behavior**, 36, p. 385-394, 2007.

SAVIN-WILLIAMS, R. C.; VRANGALOVA, Z. Mostly heterosexual as a distinct sexual orientation group: a systematic review of the empirical evidence. **Dev. Rev.**, 33, p. 58-88, 2013.

STREINER, D. L. Breaking up is hard to do: the heartbreak of dichotomizing continuous data. **Canadian Journal of Psychology**. 47, p. 262-266, 2002.

TORGRIMSON, B. N.; MINSON, C. T. Sex and gender: What is the difference? **Journal of Applied Physiology**, 99(3), p. 785-787, 2005.

WEISS, B. J.; HOPE, D. A.; CAPOZZOLI, M. C. Heterocentric language in commonly used measures of social anxiety: recommended alternate wording. **Behav Ther**, 44(1), p. 1-11, 2013.

WRIGHT, L. W.; ADAMS, H. E.; BERNAT, J. Development and validation of the Homophobia Scale. **Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment**, 21(4), p. 337-347, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alberto Valença 12, 13, 16, 17, 20, 22, 23, 24

Alma 19, 37, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 177, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 278

Aluno 13, 142, 144, 145, 165, 167, 171

América Latina 88, 97, 109, 174, 175, 176

Aquarius 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Audiovisual 1, 2, 4, 10, 109, 110, 112, 117, 179

B

Bahia 1, 2, 3, 4, 5, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 67, 75, 76, 80, 83, 84, 93, 95, 97, 99, 104, 107, 121, 142, 144, 152, 154, 157, 161, 174, 188, 189, 217, 219

C

Carnaval 33, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 100

Carnaval de Rua 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Clave 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Critérios amostrais 253

Cultura material 164, 219, 220, 228, 232, 233, 275

Cyber-infância 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161

D

Descolonial 174, 175, 176, 179, 182, 183

E

Economia criativa 65

Educação especial 162, 163, 165, 167, 170

Educação inclusiva 162, 165, 167, 168, 172

Espírito 42, 48, 88, 190, 204, 206, 208, 209, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 266

Eugenia 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93

F

Fernando Pessoa 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

G

Guerra Colonial 188, 189, 193, 195, 204

I

Identidade 1, 3, 9, 11, 17, 37, 38, 40, 42, 45, 72, 78, 91, 92, 104, 110, 115, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 175, 181, 183, 191, 192, 195, 212, 213, 223, 233, 235, 237, 245, 256, 257, 259, 260, 261, 268, 276

Inclusão 9, 32, 41, 139, 145, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173

Infância virtual 152, 153, 155, 161

J

Jovens negros 142, 147, 149

L

Legislação educacional 162

Literatura 4, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 85, 88, 89, 93, 108, 144, 151, 174, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 260, 261

Literatura Brasileira 85, 174

M

Mito 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 83, 201, 202, 207, 209, 210, 212

Museu Gruppelli 219, 220, 221, 226, 230

Música Afro-Brasileira 95, 97, 98

N

Necessidades especiais 162, 165, 166, 167, 168, 170, 171

O

Orientação sexual 118, 253, 254, 255, 256, 257, 260

P

Pintura Iconográfica 12

Práticas lúdicas 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161

Psicometria 253, 255

R

Racismo 85, 86, 92, 93, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 147, 150, 193

Regionalismo 1, 2, 8, 9

Relação étnico-racial 142

Relações étnico-raciais 85, 86, 151

Religião 31, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 104, 137, 268, 270, 271, 273, 274, 276, 277

Representação 1, 16, 19, 30, 39, 40, 45, 48, 53, 59, 63, 68, 83, 86, 99, 100, 101, 102, 117, 127, 129, 144, 151, 175, 181, 188, 189, 190, 191, 195, 219, 220, 228, 269

Rio de Janeiro 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 24, 35, 49, 50, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 112, 119, 140, 141, 161, 162, 170, 173, 183, 188, 195, 204, 233, 238, 250, 251, 253, 261, 278, 279

Ritmo Cabila 95

Ritmo Ijexá 95, 96, 100, 101

S

Salvador 3, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 43, 65, 66, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 93, 95, 96, 97, 100, 104, 108, 121, 122, 123, 124, 125, 135, 139, 140, 141, 151, 152, 154, 157, 161, 208, 233

Sebastianismo 37, 38, 40, 45, 46, 47, 48, 49

Sertão 1, 2, 3, 4, 8, 9

T

Tacho 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Trauma 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195

V

Violência 81, 105, 106, 107, 128, 139, 142, 144, 148, 149, 155, 160, 161, 179, 181, 192, 196, 206, 244, 246, 250, 252, 274

 **Atena**
Editora

2 0 2 0